



**ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Professor Rinaldo e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia aos servidores aposentados que estão aqui na Assembleia Legislativa na luta pela derrubada dos 14% que são descontados nos seus proventos. Com o apoio de Vossa Excelência, nós já fizemos esse debate aqui na Assembleia Legislativa, para fazermos gestão junto ao governo do estado no sentido de rever essa cobrança dos aposentados. O governador assumiu um compromisso de apresentar uma proposta para a Assembleia Legislativa, mas não nos deu nenhuma data, e é importante que a gente tenha essa previsão. Quero dizer que a presença de vocês aqui sensibiliza todos os deputados a continuar a luta por essa pauta tão importante e justa que vocês estão reivindicando. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa *"Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Quatro da Trigésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 450 e 451/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.570/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande; Ofício nº 862/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados João Mattogrosso, Pedro Kemp e Antonio Vaz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Roberto Hashioka, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Junior Mochi, Rafael Tavares e João Henrique. GRANDE EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo e João Henrique. ORDEM DO DIA – Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 6/23, de autoria da Mesa Diretora. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo, apensado ao Projeto de Lei nº 95/2023, de autoria do Tribunal de Contas. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 59/2023, de autoria do deputado Rafael Tavares; Projeto de Lei nº 85/2023, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 121/2023, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento*

de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao senhor James Gallinati Heim, parabenizando-o pelos trinta e seis anos de serviços prestados como docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao delegado da Polícia Civil de Campo Grande, abaixo mencionado, extensivo a todos os delegados de polícia do estado de Mato Grosso do Sul, pelo ato de salvamento de uma criança de nove meses, no dia 21 de março de 2023, em trabalho social de grande importância para a comunidade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk endereçada ao delegado-geral da Polícia Civil, Roberto Gurgel de Oliveira Filho, e à delegada Anne Karine Trevisan, pela inauguração do novo espaço da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente, que passará a contar com plantão vinte e quatro horas nos os finais de semana na sede da Depac/Cepol, em Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais penais de Mato Grosso do Sul, da Unidade de Monitoramento Virtual Estadual e do Grupamento de Ações e Fiscalização Penitenciária, pelo reconhecimento em razão do monitoramento das tornozeleiras eletrônicas e botões de pânico, que é um serviço de extrema importância para as vítimas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada aos membros da nova diretoria da Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso do Sul (AAT/MS), eleita para o biênio 2023/2025, empossada no dia 02 de maio do corrente ano, em nome do presidente, doutor Diego Augusto Granzotto de Pinho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada ao senhor Hamilton Bonfim Júnior, em razão da posse na União Pontaporanense de Estudantes; requerimento, de autoria do deputado João Henrique, solicitando o uso da tribuna na Sessão Ordinária do dia 16 de maio de 2023, para o médico homeopata Djalma Flores Blans, como personalidade pública, falar sobre o tema: valorização das famílias como preventivo a uma sociedade menos violenta, alusivo ao dia da família, comemorado em 15 de maio, por se tratar de assunto de interesse público; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva de Plenário para realização do Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, no dia 29 de junho de 2023; requerimento de informações, de autoria dos deputados Lia Nogueira, Rafael Tavares e Zé Teixeira; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Lia Nogueira, Coronel David, Renato Câmara, Junior Mochi, Pedrossian Neto, João Mattogrosso, Rafael Tavares, Marcio Fernandes, Jamilson Name e Pedro Kemp.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Usaram da palavra as deputadas Gleice Jane e Mara Caseiro. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de maio do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a Ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Convido o deputado Professor Rinaldo para assumir a primeira-secretaria e proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Bom dia, senhores deputados e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de maio 2023: Mensagem nº 12/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre sistema de relacionamento, por meio eletrônico, da Secretaria de Estado de Fazenda, com os cidadãos ou pessoas jurídicas, contribuintes ou não dos tributos estaduais, e dá outras providências; Mensagem nº 13/2023, do

Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, e dá outras providências; Mensagem nº 14/2023, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5615, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a concessão de Bolsa Atleta e Bolsa Técnica, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências; Ofício nº 452 /2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Pedro Kemp, Junior Mochi, Renato Câmara, Marcio Fernandes, Coronel Davi, Lia Nogueira e Zé Teixeira; Ofício nº 49/2023, do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares; Ofícios nº 616, 620, 622, 624 e 625 de 2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo às indicações dos deputados do Lucas de Lima, Marcio Fernandes, João Mattogrosso e Rafael Tavares. Foi lido o expediente da Sessão Ordinária do dia 11 de Maio de 2003, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Antes, porém, quero dizer que quando foi aprovada a Reforma da Previdência, ainda no mandato passado, nós fizemos uma indicação cuja justificativa era a questão do cálculo atuarial. Naquela época, o governo se manifestou dizendo que já tinha encomendado cálculo atuarial e estudos no sentido de implementação não para a isenção total de 14%, mas gradativa até o teto do INSS. Nós encaminhamos um ofício à senhora Ana Carolina Nardes, secretária de estado de Administração, solicitando informações para saber como estão os estudos no sentido de cessar ou de mudar o sistema de desconto previdenciário extraordinário dos aposentados. Então, assim que o ofício chegar, passaremos para o deputado Pedro Kemp e encaminharemos pela Casa. Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. Trago uma indicação e um projeto de lei. Projeto de lei que institui o Plano Estadual de Leitura do Estado de Mato Grosso do Sul, com o intuito de assegurar a todos o acesso a livros e literatura. Artigo 1 - Fica instituído o "Plano Estadual de Leitura do Estado de Mato Grosso do Sul", com o intuito de assegurar a todos o acesso à leitura. O projeto de lei tem por objetivo instituir a política estadual do livro, leitura, literatura e biblioteca, destinada a promover o aumento do nível educacional e cultural através de difusão da leitura e da formação de uma sociedade leitora e do incentivo à produção literária, sabendo que o hábito da leitura amplia o conhecimento do cidadão e eleva seu universo cultural, sendo portanto ferramenta indispensável a ser utilizada pelo poder público na promoção da cultura e no incremento educacional da sociedade. Segundo dados da pesquisa "Retratos da Leitura", o Brasil perdeu quatro milhões e meio de leitores, decaindo a porcentagem de 56% para 52%, o que torna ainda mais necessário o intuito dessa proposição. Assim, na certeza de que esse projeto será de grande valor para o desenvolvimento cultural e intelectual da população sul-mato-grossense, submeto o presente projeto de lei, contando com o apoio dos meus pares para sua aprovação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo

Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia autônoma ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, solicitando estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e social para implementar, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o projeto denominado "Universidade Gratuita", visando beneficiar estudantes sem condições financeiras, em especial aqueles originários da rede pública. A presente proposição visa implementar, no estado de Mato Grosso do Sul, o programa "Universidade Gratuita", tendo por finalidade beneficiar estudantes em condições financeiras para custear sua formação acadêmica de nível superior, principalmente estudantes originários da rede pública de ensino. Entende-se que o governo estadual pode viabilizar a implementação desse programa com apoio das universidades de ensino superior da rede privada e de outros parceiros. A título de exemplo, o governador estadual de Santa Catarina enviará um projeto semelhante à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que tem por finalidade oportunizar aos estudantes carentes daquele estado a formação acadêmica de nível superior. Desta feita, por entender que o mesmo projeto pode ser viabilizado em nosso estado, espero que a presente indicação trará benefícios e oportunidades aos estudantes carentes, possibilitando assim sua formação acadêmica de nível superior. Conto com os votos favoráveis dos nobres pares para a tramitação da presente indicação. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados! Bom dia a todos aqueles que participam e prestigiam a nossa Sessão, de modo especial aos representantes dos aposentados que estão aqui por uma questão que todos nós temos que nos unir em favor dela. Eu me lembro que quando fizemos a Reforma da Previdência, na emenda de minha autoria, assinada por outros colegas, nós conseguimos inicialmente manter a isenção para quem ganhava até o teto da previdência que hoje é sete mil e duzentos e quarenta reais, mas posteriormente houve uma outra reforma, um outro projeto de lei que retirou, limitando a um salário. A partir daí os aposentados que até então não pagavam, passaram a pagar 14% e não tiveram reajuste na mesma proporção. Então, essa é a única categoria que sofreu decréscimo na sua remuneração e por conta do princípio constitucional da irredutibilidade de salário, é mais do que justa essa reivindicação apresentada. Tenho três indicações e uma moção. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Pedro Arlei Caravina, e ao secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Simões Correia, por cópias autônomas, solicitando adoção de procedimentos no sentido elaborar um convênio entre o município de Inocência e o governo do estado de Mato Grosso do Sul, a fim de viabilizar a aquisição de ambulância com UTI móvel, para atender os usuários do SUS, via Secretaria de Saúde do município de Inocência, em atendimento à solicitação local, conforme proposição anexa. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira,

ao secretário de estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, senhor Marcelo Ferreira Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Esporte e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), senhor Herculano Borges Daniel, por cópias autônomas, solicitando a viabilidade de elaboração de um convênio entre o município de Pedro Gomes e o governo do estado de Mato Grosso do Sul, para que seja efetuada a construção de uma arena esportiva do programa "MS Bom de Bola", no núcleo de esportes Francisco Simão de Souza, na vila Marcelino José Bernardes, na cidade de Pedro Gomes, atendendo proposição apresentada e aprovada pelo vereador Sandoval Alves de Oliveira, conforme cópia anexa. Moção de aplauso. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso aos médicos Fabiano Serafim dos Santos, Daniel Peixoto, Mariana Mazzuia Guimarães, residentes do Hospital Santa Casa de Campo Grande, em razão dos serviços prestados à Medicina do estado de Mato Grosso do Sul. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. Moção de congratulação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação às jovens atletas Raissa Caroline Ferreira de Freitas e Naiade Ortega Gonçalves, que elevaram o nome de Mato Grosso do Sul, em âmbito nacional, se tornando campeãs dos Jogos Universitários Brasileiros (Jubs), na categoria de Beach Tennis. Elas fizeram história ao vencer seus adversários com determinação e habilidade. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que seguem. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, tenho três moções de congratulação. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Paulo Roberto da Silva, pela posse como superintendente do Incra, em Mato Grosso do Sul. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Marina Ricardo Nunes Viana, pela posse como coordenadora-geral do escritório regional do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Requeiro à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Júlio Cleverson dos Santos, pela posse como superintendente da Pesca e Aquicultura, em Mato Grosso do Sul. Essas três moções são assinadas também pela deputada Gleice Jane e pelo deputado Zeca do PT. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas deputados, pessoas aqui presentes. Eu gostaria de fazer um convite a todos os parlamentares que queiram se debruçar sobre esse tema e às pessoas que militam na questão da saúde. Nós criamos a Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos, já fizemos duas reuniões e pretendemos fazer uma terceira que vai ocorrer no dia 19, na próxima sexta-feira, às nove horas, aqui na Assembleia Legislativa. Nós vamos chamar os principais hospitais

do nosso estado, sejam eles da capital ou do interior. Conto com a presença de um convidado de fora e também do secretário do estado de Saúde, doutor Maurício Correia Simões, com quem estivemos discutindo a criação de um marco regulatório para estabelecer normas que de um lado, protejam os hospitais, e do lado, exija deles certos critérios de gestão. Nós fizemos reuniões com o secretário e pactuamos uma metodologia internacional, chamada de DRG, para começarmos avançar. O convidado de fora vem expor aqui essa metodologia, com inteligência artificial, com software, com programas de gestão, com medidas de compliance, com medidas de governança, com medidas de auditoria nas contas dos hospitais, para que a gente possa observar cada real que será colocado dentro de um grande hospital e ver o que, efetivamente, vai ser gasto na ponta. Por outro lado, é um compromisso com os hospitais para que possamos remunerá-los adequadamente, para que eles não tenham esse déficit absurdo que está inviabilizando a continuidade das principais instituições, especificamente, o caso da Santa Casa e do Hospital de Câncer, entre outros, aqui na Capital. Essa reunião é extremamente importante, eu tenho defendido a ideia de que embora muitos desses assuntos sejam de caráter nacional, nós podemos criar soluções aqui dentro do nosso estado. Temos que aproveitar justamente esse momento específico que o Mato Grosso do Sul está com colchão financeiro um pouco melhor, para termos uma relação um pouco mais madura nesse relacionamento com os hospitais. Não é possível que como opinião pública, como cidadãos, como membros da classe política, a gente tenha se acostumado a viver de crise em crise. A cada seis meses é um grande hospital que está ameaçando fechar as portas, que está se negando a atender paciente porque não possui medicamento, ou porque não consegue pagar o funcionalismo. Então, é esse relacionamento conturbado pela imprensa que vai aos solavancos, aos trancos e barrancos, que nós queremos regular através desse marco regulatório. Nessa terceira reunião o tema é complexo e nós não temos pressa de apresentar nenhum texto legislativo antes de fazer um amplo debate com os hospitais, com o governo, com os gestores, com a comissão interpartite de gestores, ou seja, estadual, municipal, federal. Esse é mais um elemento, é mais um passo importante. Eu gostaria de pedir às pessoas que estão militando na saúde, que se preocupam com esse sistema, que participem dessa audiência. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, inciso XX, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul, após ouvido o colendo Plenário, que seja realizada reunião da Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos, no dia 19 de maio de 2023, às nove horas, aqui no Plenário Júlio Maia, com a presença do secretário de estado de Saúde, doutor Maurício Corrêa Simões, representantes dos hospitais da capital e do interior, e demais interessados. Justificativa: A Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos foi criada pelo Ato nº 20/2023, da Mesa Diretora, e tem por objetivo discutir a situação dos hospitais filantrópicos que atuam no Sistema Único de Saúde do estado, propondo soluções que possam minimizar a situação financeira crítica que impacta diretamente a assistência aos usuários do SUS. Para dar andamento aos trabalhos da Frente é necessária a realização da reunião solicitada, com a presença das autoridades interessadas e dos representantes dos hospitais, o que justifica o presente requerimento. Então, fica aqui o nosso convite e o desejo de que possamos tratar esse assunto com a seriedade que ele merece. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público aqui presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia. Eu apresento aqui o projeto de lei que institui o maio como mês de conscientização sobre doença celíaca, denominado "Maio Verde", no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Fica instituído no seu artigo 1º, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, o mês de conscientização sobre a doença celíaca, denominado "Maio Verde". Parágrafo único - O "Maio Verde" passa a integrar o anexo do Calendário Oficial de Eventos do estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. Artigo 2º - Durante o mês de maio de cada ano serão promovidos esforços para conscientizar e orientar a população sobre a doença celíaca. Artigo 3º - O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá realizar palestras educativas, simpósios, seminários, fóruns, oficinas, feiras de divulgação na mídia, boletins informativos e quaisquer outras ações que visem a realização de campanhas informativas sobre a doença celíaca durante o maio verde. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Senhor presidente, nós já discutimos aqui na Assembleia, vai faltar cor no arco-íris para colocar nos meses, porque todo mês tem uma cor, mas a denominação do "Maio Verde" já é uma orientação da esfera federal que tem feito esforços no sentido de chamar atenção para a conscientização das pessoas que são intolerantes ao glúten. O que acontece, às vezes, é que muitas crianças têm essa doença celíaca e os pais não sabem. Ela se apresenta como uma alergia danosa à saúde, causando problemas de digestão, no intestino, no estômago, e uma pequena porção no contato já faz um grande estrago. Então, é necessário discutir esse tema importante porque às vezes as pessoas não sabem que têm essa intolerância. Aqui no Mato Grosso do Sul, juntamente com o governo federal, nós vamos unir esforços no sentido de fazer essa conscientização e gerar informações para enfrentar essa dificuldade para que as pessoas que têm essa doença possam viver normalmente. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro- PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane e todos aqui presentes. De modo especial quero cumprimentar todos os servidores aposentados que se fazem presentes e dizer que estamos junto com vocês, inclusive o presidente Gerson já está encaminhando essa questão para a secretária Ana Carolina Nardes, para que seja feito esse levantamento. Senhor Presidente, tenho duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao presidente da Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul (Fundesporte), senhor Herculano Borges, solicitando a construção de um campo de futebol sintético na Aldeia Taquapiri, no município de Coronel Sapucaia, a pedido do vereador Claudemiro Pereira Lescano. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste

Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado Hélio Peluffo, e ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando que seja realizada a imediata manutenção das rodovias estaduais: MS-180, MS-295 e MS 386, entre Iguatemi, Eldorado, Amambai, Tacuru, ressaltando que a recuperação da MS-295 deve ser feita com a máxima urgência porque ela está muito perigosa. Eu estive conversando com o secretário Hélio Peluffo, e ele me disse que houve duas licitações, mas em função dos estragos que só aumentam, o projeto sofrerá alterações e por isso eles vão abrir uma nova licitação, com um novo valor, um novo orçamento, para que a via possa ser recuperada o mais rápido possível devido aos vários acidentes que têm ocorrido naquela via. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE - deputado Gerson Claro (PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Bom dia presidente, bom dia a todos os deputados aqui presentes. Trago algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo grande, com cópia ao secretário municipal de Saúde, senhor Sandro Trindade Benites, solicitando a disponibilização de mais médicos no posto de saúde do bairro Jardim Noroeste, já que o número atual está sendo insuficiente para atender à demanda dos moradores daquela região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando providências urgentes na manutenção da iluminação pública na Avenida Júlio de Castilho. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Saúde de Campo Grande, senhor Sandro Benites, solicitando a verificação das atuais condições da cobertura da Casa da Saúde, na rua Onze de outubro, 220, no bairro Cabreúva, nesta capital. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura, solicitando providências da Operação Tapa-Buraco, na rua Braz Clementino de Mendonça, esquina com a rua Ana Jacinta de Oliveira, no bairro Centro-Oeste. Tal solicitação se faz necessária devido às fortes chuvas que vêm acontecendo na capital, visto que o local se encontra intransitável, cheio de valetas, dificultando a passagem dos moradores. Pedimos por gentileza que seja dada uma atenção especial com encascalhamento ou asfalto em toda a sua extensão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal da Infraestrutura, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando providências no patrolamento e encascalhamento na rua Cacimba, entre a rua dos Topógrafos e rua Irapuá, no Jardim Canguru, em Campo Grande. Solicito também a poda de uma árvore, na rua Coronel Ulisses de Lima, em frente o número 76, no bairro Jardim São Lourenço. A presente indicação visa a atender reivindicação de moradores da região, relatando que a raiz da árvore no local indicado está rachando toda a calçada, inclusive as do outro lado da

rua. Solicito também uma ronda policial para a vila Jacy e região, nesta capital. Esta solicitação é do senhor Robert da Silva e também de pessoas que foram vítimas de furto e roubos na região, onde casas e comércios estão sendo saqueados, postes de energia tendo os fios roubados. O número de ocorrências aumentou de forma assustadora na região, devido aos usuários de drogas que não são retirados do local. Portanto é necessária fiscalização urgente. Hoje, nós entramos com projetos que declara de utilidade pública estadual a Sociedade Beneficente Kadima SBK, com sede no município de Rio Verde de Mato Grosso. Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Sociedade Beneficente Kadima SBK, com sede no município de Rio Verde de Mato Grosso, uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2008, que se encontra em pleno exercício, desenvolvendo atividades que têm por finalidade melhorar a qualidade de vida de seus associados e participantes, com o intuito de defender, organizar, ensinar, desenvolver um trabalho social junto aos idosos, jovens e crianças. Somente isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, integrantes da Mesa, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário e também a quem nos assiste pela TV Assembleia. Moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Delegacia da Polícia Rodoviária Federal de Dourados, que fez na madrugada de hoje uma das maiores apreensões de drogas do Brasil. Foram quinze toneladas de maconha em uma carga que foi interceptada em Nova Alvorada do Sul, uma apreensão que também contou com o apoio da PRF de Nova Alvorada do Sul e do setor de investigação geral da Polícia Civil. Portanto nós vamos encaminhar essa moção em nome do inspetor Valdir Brasil, chefe da Delegacia da PRF de Dourados, destacando o trabalho que essa importante delegacia tem feito no nosso estado, colocando Mato Grosso do Sul, praticamente, como o estado recordista de apreensão de drogas e entorpecentes que deixam de chegar aos grandes centros, conseguindo dar uma resposta às ações do crime organizado no nosso estado. Também apresento um projeto de lei que determina a elaboração e divulgação de um plano de segurança e prevenção ao bullying e ao racismo pelas escolas da rede particular de ensino em Mato Grosso do Sul, visto que o fenômeno da violência urbana é algo que afeta o Brasil e o mundo. O estado e a iniciativa privada precisam caminhar de mãos dadas. O estado tem obrigação de promover planos de segurança aos alunos na rede pública de ensino, em âmbito estadual, e as escolas da rede privada devem ser as responsáveis pela elaboração de seu próprio plano de segurança nas dependências de suas instituições de ensino. Esse projeto visa apenas criar mecanismos para que os pais e responsáveis possam ter todas as informações sobre a segurança dos estudantes no âmbito da instituição de ensino particular. Vale destacar que o governo de Mato Grosso do Sul editou um plano de segurança para a rede pública de ensino, com investimento no aumento de efetivo dos policiais que atuam nas rondas escolares, em inteligência e em equipamentos de segurança. O estado irá monitorar, em tempo real, as escolas da rede pública, e agora esse plano de segurança apresentado neste

projeto de lei vai se estender também à rede privada, fazendo com que os pais possam acompanhar todas as ações que estão sendo desenvolvidas pela iniciativa privada no que diz respeito à segurança dos seus filhos. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o Deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Quero cumprimentar os colegas servidores aposentados e dizer que é uma honra recebê-los aqui. Assim como eu já disse em outras falas, fui eu que apresentei emendas para que não fossem descontados 14%, para que se estabelecesse um índice crescente pra que os servidores aposentados não tivessem tanto prejuízo. Eu sugeri ao governo que o aumento fosse gradativo e infelizmente nossas emendas foram rejeitadas, mas vocês podem contar conosco para ajudar na interlocução junto ao governo do estado. Senhor presidente, eu tenho duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao secretário de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando estudos de viabilidade para reforma das Escolas Estaduais Professora Iolanda Ally, Marechal Rondon e Castelo Branco, no município de Mundo Novo. A presente indicação é motivada pelo corpo docente e discente, das instituições mencionadas, com as respectivas justificativas anexas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura, solicitando a viabilidade da estadualização das rodovias PG-03 - João Iris Teodoro da Silva, com extensão de vinte e dois quilômetros, que liga a BR-163 à cidade de Pedro Gomes, bem como a rodovia PG-02 - Pedro Dias Pedroso, com extensão de 34.29 quilômetros, estrada da região da Cachoeirinha que liga a BR-359, no município de Alcinópolis. A presente indicação é motivada por requerimento da Câmara Municipal de Pedro Gomes, a partir da proposição do vereador Jairo dos Santos, através do Ofício nº 001/2023. Senhor presidente, a estadualização das referidas rodovias é de suma importância para o desenvolvimento da região de Pedro Gomes, Coxim, Sonora e Alcinópolis, tendo em vista que será criado um corredor de ligação de escoamento da produção agrícola e pecuária. Sabe-se que Mato Grosso Sul possui sua base produtiva fundada nas atividades rurais, sendo o setor agropecuário lembrado por sua importância na absorção de emprego, na produção de alimentos, sendo responsável por grande parte da formação do Produto Interno Bruto. Portanto a agricultura e a pecuária têm sido relevantes na atualidade do contexto econômico da região, fazendo-se necessária essa estadualização visando proporcionar a devida estruturação e manutenção para melhoria das condições de trafegabilidade e segurança. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero agradecer a presença da vereadora Isabel Cristina Camilo e do vereador Luciano da Silva, do

município de Selvíria. Gostaria de comunicar aos nobres colegas que foram protocolados alguns projetos e vamos solicitar o acordo de líderes, até porque são projetos de grande interesse da sociedade, e quanto mais rápido a gente aprovar, mais benefícios tributários a sociedade vai ter. Nós vamos solicitar o termo de acordo de líderes no Projeto de Lei nº 133/2023, que dispõe sobre tributos de competência do estado e, dentre as alterações, ampliam o valor de isenção do ITCD. Também solicitamos acordo de lideranças no projeto do sistema de relacionamento da Secretaria de Estado de Fazenda por meio eletrônico, que também beneficia os empresários que têm relacionamento com a Fazenda. E o Projeto nº 134/2023, que dispõe sobre a concessão do Bolsa Atleta, é um projeto um pouco maior que está sendo ampliado para os atletas. Então, nós vamos solicitar os líderes para fazer acordo de lideranças e fazer o calendário de votação, lembrando que os deputados já receberam nos seus gabinetes e têm prazo até o dia 25. Uma comissão da Assembleia Legislativa está organizando a nossa festa junina para o dia 16 de junho, com o objetivo de propiciar renda para as entidades assistenciais que serão apadrinhadas pelos deputados. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Mattogrosso: indicações (Prot. nºs 02210/2023, 02211/2023, 02212/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 01462/2023, 01464/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 01417/2023). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma indicação (Prot. nº 02205/2023). De autoria do deputado Neno Razuk: três indicações (Prot. nºs 02224/2023, 02225/2023, 02226/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 02227/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02206/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02221/2023, 02222/2023). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 02214/2023, 02220/2023, 02219/2023); um projeto de lei (Prot. nº 02216/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02217/2023). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 02213/2023, 02215/2023, 02223/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o Deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Eu estive conversando com deputado Junior Mochi e com os representantes da comissão dos aposentados e ele sugeriu que fizéssemos uma visita ao Jorge Martins, da Ageprev, para entendermos a situação da Ageprev, a questão dessa proposta que os aposentados estão apresentando para construímos uma minuta para encaminhar para o governo do estado, visto que a Assembleia Legislativa não tem a iniciativa de lei nesse aspecto. Ele agendou a reunião para segunda-feira juntamente com dois representantes do grupo para que, a partir daí, a gente possa elaborar uma proposta de isenção até um determinado valor e gradativo. Eu acho importante já levarmos alguma coisa concreta para o governo, quem sabe ele encampa essa nossa proposta e apresenta para aqui na Assembleia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o

deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente. Eu ocupo esta tribuna hoje para dizer que no dia de ontem uma comissão de parlamentares aqui do nosso estado fez uma série de reuniões importantes em Brasília, e venho esclarecer à população de Mato Grosso do Sul acerca desses trabalhos, dessas tratativas, e alertar com relação a um problema que está se avizinando para o nosso estado e que tem sido objeto de muitas das nossas discussões, que é, especificamente, a questão fundiária do nosso estado, da Proposta de Emenda Constitucional nº 132 e a discussão do Marco Temporal. Talvez alguns não tenham notado ainda, mas na data de ontem, a ministra do STF Rosa Weber, que preside aquele colegiado federal, pautou o julgamento do Marco Temporal. Vai definir uma questão importantíssima para o nosso estado e terá grande repercussão nacional esse julgamento no dia 7 de junho próximo. Nós estamos, aproximadamente, a um mês da decisão que se for para um lado ou para o outro, independentemente do resultado, a gente vai saber que, com certeza, no Mato Grosso do Sul haverá uma conflagração. Nesse assunto da questão indígena, o ganho de causa pode suscitar uma série de conflitos, tanto se o ganho for para o lado dos produtores rurais, quanto para o lado oposto. Eu penso, presidente, que nós poderíamos encontrar uma solução que não fosse pela via de um julgamento, e o parlamento, seja ele estadual ou federal, tem que criar soluções legislativas e fazer um trabalho de mediação social através da criação das leis, impedindo que o Supremo tenha que arbitrar, tenha que escolher para um lado ou para o outro numa decisão dura. Eu quero mencionar que o deputado estadual Zeca do PT nos acompanhou em todas as reuniões sobre a questão que foi colocada e foi objeto da nossa conversa ontem. Nós tivemos o apoio de toda a bancada federal, especificamente o coordenador, deputado Vander, que fez um verdadeiro périplo entre todos os ministérios, nos apresentando e abrindo portas. Quero agradecer também os deputados Dagoberto, Beto Pereira, Camilla e Geraldo Resende e dizer que essa comissão do nosso estado, até de maneira suprapartidária, buscou interlocução com quem de direito no governo federal para que encontrássemos uma solução, principalmente nesse íterim de um mês até o julgamento do Marco Temporal. Tivemos uma conversa importante com a ministra Simone Tebet, que hoje ocupa a posição de chefia do Orçamento e Planejamento, e também na Secretaria de Articulação Institucional dentro do Palácio do Planalto. Tivemos um debate relevante com o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário, que conhece bem essa matéria. E qual é o pleito, presidente? Nós apresentamos o pleito principalmente à ministra, com quem temos uma interlocução especial por ser aqui do nosso estado, para que possamos fazer a votação da chamada PEC 132. O que é essa PEC 132 faz, deputada Gleice Jane? Ela vai escrever na Constituição e vai reformar um dispositivo que hoje está absolutamente falho. Nós temos o artigo 231 da Constituição de 1988 que diz que a União irá demarcar as terras que os índios tradicionalmente ocupam. Ocorre que o constituinte de 1988 não definiu o que ela quer dizer com terras que os índios tradicionalmente ocupam, e nem disse qual vai ser o tratamento. Quando a

gente fala de demarcação, as pessoas entendem que uma vez demarcada, vai retirar aqueles produtores, aqueles que são proprietários e vai indenizá-los, mas não é isso que está colocado. A Constituição brasileira tem uma lacuna e permite por uma simples portaria da Funai, muitas vezes até bem intencionada, delimitando uma área, que uma vez demarcada a terra, o proprietário, o produtor rural que muitas vezes está há dezenas de anos naquela terra... Há casos em que o título de propriedade remonta a 1856, estão vigorando desde a época do império, e esse objeto de demarcação trata-se de uma expropriação. Os proprietários são retirados de sua casa com uma portaria declaratória, por um mero ato administrativo, e simplesmente não se indeniza. Então, qual é a luta? Qual é a briga? Qual é a nossa motivação para impedir uma conflagração geral do nosso estado? Inscrever na Constituição e reformar o artigo 231 para permitir a indenização. Se nós resolvermos a questão da indenização, podem ter certeza que esse conflito diminui muito a temperatura, porque hoje indígenas e produtores rurais estão sendo colocados como inimigos que não são, principalmente porque existe essa lacuna legislativa. E tem que ser indenização na mesma regra que nós temos hoje para Reforma Agrária. Então, se o governo quer fazer uma indenização na Reforma Agrária, ele pode fazer mediante algumas regras, com indenização prévia, com indenização justa, indenização em dinheiro, porque a Constituição Federal impede o confisco, e o que nós estamos tentando fazer é impedir esse confisco através da PEC nº 132, que vai permitir a indenização. Nós conversamos com a ministra Simone para que ela alerte o governo federal, e faça um pedido especial ao presidente da República, ao deputado federal Arthur Lira, para que paute a PEC nº 132. Essa PEC nº 132 já foi votada em duas ocasiões no Senado Federal, ela se chamava PEC nº 72, inclusive a ministra Simone Tebet foi relatora, passou por unanimidade, com mais de setenta votos dos senadores presentes, e foi para a Câmara Federal que terá a última palavra. Ainda que modifiquemos a PEC, ela termina regimentalmente dentro da Câmara. Então, o que nós estamos pedindo, antes da votação do Marco Temporal, é que o presidente da Câmara, Arthur Lira, coloque em votação a PEC nº 132. É essa orientação da ministra Simone Tebet, é isso que nós conversamos ontem no Palácio do Planalto, com o ministro Paulo Teixeira que tem a mesma avaliação. Nós ficamos esperando uma articulação com o deputado Vander, com o deputado Dagoberto, que falariam com o Lira e também buscariam uma articulação com o ministro da Articulação Institucional, o Padilha, para chamar uma reunião em alto nível entre os ministros e espero que nós possamos ter esse mobilização. Eu trago esse tema aqui para o nosso estado, primeiramente para informar às pessoas do que aconteceu, o que nós estamos vendo como possível solução para impedir o mal maior que seria a conflagração de uma decisão A ou B, ruim ou boa para um lado para o outro, agora do dia do dia 7 de junho. Eu acho que nós precisamos tratar esse assunto de maneira suprapartidária, acho que todo mundo aqui no Parlamento sul-mato-grossense já concordou com a ideia da indenização e o governo do estado também é favorável a isso. Nós precisamos subir isso de nível, precisamos de aliados, precisamos do governo do estado, do governador Eduardo Riedel, que é sensível à questão e conhece profundamente esse tema, precisamos fazer uma caravana para Brasília e sensibilizar o presidente da República para que peça que votem a PEC nº 132. Nós precisamos colocar um fim nesse assunto, porque não é possível continuar vivendo dessa maneira, tratando produtores rurais e indígenas dessa forma. Daqui a pouco vai ter morte, como já aconteceu no passado.

Nós podemos resolver, estou convicto de que podemos. Precisamos de força política, precisamos fazer um debate pedagógico dentro da democracia, nós temos que convencer a sociedade de que esse é o caminho, que nós temos uma janela de oportunidades para resolver esse tema. Concedo o aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Pedrossian Neto, eu estou ouvindo com muita atenção a colocação viável e apaziguadora de Vossa Excelência, mas existe uma diferença entre Reforma Agrária e a questão indígena. Na Reforma Agrária a terra tem que ser improdutiva, ela não pode alcançar um índice de produtividade de soja, de boi, de leite. Já as terras invadidas por índios são legitimamente tituladas pelo estado de Mato Grosso e foram vendidas aos produtores depois da Proclamação da República, a partir de 1889, e hoje nós somos sucessores das pessoas que requereram essas terras. São títulos legítimos, não têm nada a ver com a Reforma Agrária. As terras que os índios estão invadindo são produtivas e essa invasão está impedindo os produtores de plantar e até de colher, e com o amparo de certas autoridades. Então, são duas coisas distintas. Se o governo quiser, ele tem o direito, pela Constituição, de desapropriar qualquer propriedade no país, é questão de utilidade pública, inclusive ele desapropriou uma propriedade grande lá em Goiás, no governo Lula. Eu tenho impressão de que a pessoa que vai vender, vai até embora do país, como é o caso de Sidrolândia, como é o caso de Dois Irmãos do Buriti, de Quebra Coco. Então, Vossa Excelência coloca com muita inteligência, com muita sabedoria, porque está fazendo uma mediação para acabar com essas invasões inadequadas e inescrupulosas que têm o amparo de ONGs e de tantos outros. Obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Apenas para mencionar que a minha alusão à questão da Reforma Agrária é apenas para fazer um comparativo. No caso da Reforma Agrária, existe indenização prévia, justa, em dinheiro ou através da TDA, ou seja, existe um mecanismo de indenização. Já no caso da discussão indígena, é uma simples anulação dos títulos de propriedades muitas vezes tituladas legitimamente pelo estado de Mato Grosso e outros entes federativos, e que hoje estão sendo rasgados ao arrepio da lei.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Permita-me um aparte?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por favor, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Primeiro, deputado Pedrossian Neto, deixar claro que a questão da Reforma Agrária, tanto no governo Lula um e dois, já teve um novo comportamento, fundamentalmente comprando terra dos produtores que eventualmente queriam vender. Foi assim que o governo Lula procedeu, comprava as terras e pretende comprar reiteradas vezes. Em um recente pronunciamento, ele disse: "Tem fazendeiro que quer vender terra e nós queremos comprar". Portanto se é conflito, se é terra produtiva, improdutiva, não tem mais o mérito fundamental, o mérito fundamental do debate é que tem gente querendo vender a fazenda, então nós vamos fazer uma avaliação, pagar o preço justo e assentar. Eu acho que nem precisa porque a quantidade de lotes abandonados nos assentamentos, até por falta de apoio

àqueles que foram assentados, é enorme. É fazer um novo levantamento disso e assentar aqueles que pretendem. Quero me somar a Vossa Excelência. Estivemos juntos ontem em Brasília. O grande debate que se faz acerca da terra indígena é essa definição da Suprema Corte, do STF, que marcou para dia 7 do mês que vem a votação, a decisão sobre o Marco Temporal ou não, o que é uma definição extremamente perigosa, favorável a ambos os lados, por isso a decisão estratégica de encaminhar todas as forças para votar a PEC. É importante registrar que a ministra Simone nos colocou o seguinte: votada a PEC, o presidente Lula já determinou que se coloque, porque estão garantidas as condições técnicas, 2, 3, 5 bilhões ao ano no orçamento para adquirir ou para indenizar as terras eventualmente de conflito, mesmo porque são proprietários de boa-fé, os índios não podem invadir e achar que vão tomar terra na marra. Nós vamos indenizar no preço justo, com recursos que a PEC vai permitir, para que a gente possa voltar a ter paz no campo e desenvolvimento com justiça social. Muito obrigado pela participação na agenda de ontem em Brasília.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa de fazer esse debate no sentido de eliminar os conflitos. Acho que o Mato Grosso do Sul tem sido um exemplo muito negativo com esses conflitos agrários que acontecem aqui, inclusive com repercussão internacional. A gente vem acompanhando as lutas dos movimentos indígenas e entendemos que é preciso pacificar, porque não é mais interessante para o desenvolvimento do estado, não é interessante para as comunidades indígenas, não é interessante para proprietários e proprietárias rurais. Entendo que nós precisamos encontrar um caminho para resolver essa situação. Quero registrar que nessa semana estive aqui no estado de Mato Grosso do Sul, a Alice Wairimo Nderitu, subsecretária-geral e conselheira especial de prevenção de genocídio da ONU. Isso significa que esses conflitos estão muito tensos em nível internacional e a gente precisa achar saída para administrar e pacificar o estado, é necessário pular essa pauta e começar a discutir o desenvolvimento do estado. Eu gostaria de dizer que é importante discutir isso a partir das lutas indígenas, é importante considerar que é preciso um trabalho de demarcação, de identificação das terras demandadas pelas comunidades indígenas. É necessário também um processo de indenização para as comunidades que ficaram fora desse processo, porque essas pessoas vão retomar o seu espaço, mas não da forma como elas gostariam de exercitar sua cultura. Então, eu quero me colocar junto ao deputado Pedro Kemp, ao deputado Zeca, que já fazem esse debate há bastante tempo, para ajudar intermediar esse conflito e encontrar soluções que sejam importantes e interessantes para ambos os setores. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permita-me uma contribuição, deputado?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Por gentileza, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Eu prestei bastante atenção na fala de Vossa Excelência e estou até orgulhoso do encaminhamento que o

senhor fez, junto com deputado Zeca, na reunião na Famasul, estabelecendo esse diálogo, até porque é constrangedor para nós. O Marco Temporal foi estabelecido no julgamento da Raposa Serra do Sol, temos que lembrar que isso já foi julgado e o STF voltou a discutir depois de anos. Ainda quando o deputado Junior era presidente desta Casa, o deputado Lidio e o deputado Rinaldo já estiverem nas comunidades fazendo essa discussão sobre a proposta de indenização e sobre a Constituição Federal. A visita de Vossa Excelência é importante, mas também é preciso um requerimento, uma indicação, um documento em nome da Casa, ao presidente da Câmara, Arthur Lira, pedindo o julgamento para pautar logo essa PEC, porque a discussão agora é sobre a indenização, não tem outra discussão a se fazer. Em nome da Casa, eu agradeço pelo seu empenho na busca de solução. Às vezes a gente critica o posicionamento do Judiciário, do STF, mas quando as soluções não são feitas pelo estado, pelo Parlamento, sobra para o STF, que quando provocado, tem que fazer o julgamento. Parabéns pela iniciativa!

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, presidente. É uma excelente iniciativa a gente mandar um ofício em nome da Casa, subscrito por todos os deputados, seria uma força muito grande. Se a gente pudesse conseguir a unanimidade dessas assinaturas, eu acho que seria um ato simbólico no Mato Grosso do Sul, dizendo que todos os deputados, deputadas, enfim, toda a classe política de maneira suprapartidária está preocupada com esse tema. Nós queremos uma mediação do Parlamento para que o Supremo Tribunal Federal não seja obrigado a fazer a arbitragem entre interesses tão contraditórios, cuja decisão para um lado ou para o outro pode conflagrar o país, especialmente o Mato Grosso do Sul. Eu acho que a gente evoluiu em termos de maturidade política ao fazer esse debate. Nesse aspecto é importante a força do governador do estado, Eduardo Riedel, que com certeza vai se somar conosco para virar de vez a página desse problema que está nos afligindo há tanto tempo em Mato Grosso do Sul. Deputado Pedro Kemp, eu já estava encaminhando para o final, mas se Vossa Excelência quiser fazer um aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Bem rapidinho, deputado. Muito obrigado pelo aparte. Eu fico feliz de ouvir Vossa Excelência e o deputado Zeca do PT que estão bastante empenhados nessa questão, porque eu, praticamente, durante vinte anos aqui na Assembleia Legislativa, trabalhei em cima desta questão. Inclusive no governo da presidenta Dilma eu consegui realizar aqui uma audiência pública muito representativa, com a presença de vinte técnicos e autoridades do governo federal, dentre eles, o ministro da Justiça à época, José Eduardo Cardozo, o advogado-geral da União à época, Eugênio Aragão, com representantes das lideranças indígenas e dos proprietários rurais. Nessa audiência nós conseguimos levantar essa tese da indenização pelo valor da terra nua, e aqueles que compraram essas terras, que têm títulos, compraram de boa-fé. Nós conseguimos avançar muito na discussão, inclusive a AGU e o Ministério Público Federal deram parecer favorável a essa negociação para indenizar os proprietários e demarcar essas terras para as comunidades indígenas. Posteriormente a presidenta Dilma saiu, houve o processo de impeachment, que nós chamamos de golpe, e infelizmente essas tratativas cessaram, não avançaram mais. Portanto, essas iniciativas de Vossa Excelência, do deputado Zeca do PT, nos dão esperança que a partir de agora poderemos avançar nessa proposta, mesmo porque

acho que é a única forma de resolver esse conflito que existe aqui em Mato Grosso do Sul. Não existe outra forma de se resolver isso, porque ao contrário de outros estados, de outros lugares onde terras foram griladas e houve a expulsão de comunidades indígenas, aqui o antigo estado de Mato Grosso titulou essas terras, as pessoas compraram, pagaram, têm o título e hoje não se pode reparar uma injustiça cometendo outra injustiça. Então, é preciso garantir aos índios a posse das terras tradicionais, mas também é preciso indenizar quem está hoje com esses títulos legítimos. Eu fico muito feliz, porque trabalhei muito nessa questão, tenho toda a documentação das audiências públicas arquivadas, inclusive tenho documentos de proprietários rurais que estão dispostos a negociar as suas terras, que já assinaram o documento, porque eles entendem que nunca terão paz se continuarem com essas propriedades que são reivindicadas pelos índios. Eu faço votos de que essas tratativas possam chegar a um bom termo, para que possamos pacificar de vez essa situação aqui em Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado, deputado. Só para complementar a vossa fala, seria importante que a gente tivesse o parecer da Advocacia-Geral da União e do Ministério Público Federal, com relação à legalidade, porque é uma tese jurídica. São dois caminhos: o caminho da PEC, que é juridicamente mais seguro, e o caminho da indenização, que também é possível ser feito, mas é necessária alguma criatividade na tese jurídica, uma vez que o artigo 231 não fala do texto condicional, não fala de indenização por compra, que era uma das estratégias que nós usamos na ocasião da vinda do José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, nas chamadas mesas de negociação, no caso de Buriti. Qual que era a tese utilizada aqui? Era que na realidade era possível, sim, a indenização por crime cometido pelo estado na titulação, que seria o estado de Mato Grosso. Geralmente estamos tratando de coisas que ocorreram no período pós-guerra do Paraguai, entre 1864 a 1870, como política oficial de ocupação do sul do estado de Mato Grosso. Esse estado titulou os colonos para que nós ocupássemos o território brasileiro, adquirido no pós-guerra. O que está sendo colocado nessa tese jurídica seria um erro de titulação do então estado de Mato Grosso no pós-guerra do Paraguai, que teria causado esse problema. Então, nós teríamos, sim, a possibilidade de indenizar esses proprietários que foram adquirentes por boa-fé, por conta desse erro material feito pelo estado, mas não é uma tese jurídica tão simples, é uma tese que nós desenvolvemos aqui no estado com ajuda da AGU e do Ministério Público, mas não há essa interpretação tão simples e tão linear de outros fóruns que não conhecem a situação de Mato Grosso do Sul. Apenas para concluir, peço o apoio de todos os parlamentares. Parabéns, presidente, pela ideia dessa carta. Com certeza a gente vai evoluir nesse assunto. Muito obrigado a todos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Só pra lembrar algo que eu e o deputado Pedrossian Neto esquecemos. A convite do deputado Beto Pereira e do

deputado Vander, que é o coordenador da bancada, antes de tudo, a primeira agenda que tivemos em Brasília, ontem, foi no Dnit. O diretor-geral do Dnit anunciou cento e sessenta e nove milhões para a recuperação do trecho da BR-267, de Porto Murtinho a Alto Caracol, e assinou um contrato de mais cem milhões de reais para fazer a alça da BR-267 até a ponte sobre o rio Paraguai, na Rota Bioceânica. Os deputados Beto Pereira e Vander ficaram responsáveis de trazer aqui na Assembleia o ministro e o diretor do Dnit para fazerem um pronunciamento sobre outros investimentos do governo federal para a BR-262 e BR-163, em Mato Grosso do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Obrigado. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo, que disporá de doze minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador — Serão suficientes esses doze minutos para eu falar do final da campanha, mas eu vi uma matéria dizendo que estupradores de crianças e adolescentes são alvos de operação do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande. São onze mandados de prisão, de busca e apreensão nesta manhã, e oito já foram capturados. Eu acredito que quanto mais nós falarmos, quanto mais debatermos e usarmos toda força que temos, vamos fazer um grande feito e ajudar a colocar esses monstros na cadeia. É inadmissível no século XXI, deputada Lia Nogueira, vemos atrocidades como esta. Então, através da Operação Araceli, que é o nome de uma menina de oito anos, que em 1973 fora capturada, sequestrada, abusada e assassinada no Espírito Santo, através desse crime terrível o Brasil inteiro intitulou esse mês para trabalharmos na perspectiva de divulgar essa lei, ao mesmo tempo nos unir para ajudar a proteger as nossas crianças. Eu quero cumprimentar o Ministério Público, a Polícia Militar, sessenta policiais acompanham, e dizer que amanhã finalizaremos as nossas ações embasadas na Lei nº 3.707. A nossa equipe está durante todos os dias, de manhã e à tarde, visitando os bairros, as escolas, as associações, distribuindo panfletos para ajudar a fazer a identificação de possíveis vítimas, encaminhar as respectivas denúncias através do 190, da delegacia especializada da área, e também do disque 100. Portanto, os nossos cumprimentos a esses profissionais que estão fazendo esse trabalho. E, por último, senhor presidente, eu gostaria de falar de um outro tema interessante. Ao longo da história do Brasil, as igrejas, de uma forma geral, sempre tiveram dificuldade de fazer os seus eventos e com todo o respeito àquele que gosta das músicas típicas, das músicas culturais, das festas tradicionais, mas os cristãos, dentre eles naturalmente na sua grande maioria, católicos e evangélicos, quando queriam fazer um evento era uma dificuldade. Eu me lembro que o deputado Zeca do PT quando foi governador desempenhou um trabalho muito interessante, a Marcha para Jesus. O tempo foi passando e vários prefeitos e governadores acabavam justificando que não podiam ajudar porque o estado é laico e não participavam de eventos dessa natureza. Com todo respeito, recurso para carnaval, recurso para festa não sei do que, recurso para tal, tal, e para festa cristã não pode porque o estado é laico. Em que pese o preâmbulo da Constituição falar que ela foi promulgada em nome de Deus e todo mundo sabe, isso dia 5 de outubro de 1988. O tempo foi passando, eu me elegi vereador, me elegi deputado estadual, apresentei um projeto de lei aqui que se tornou a Lei nº 4.110/2011, reconhecendo a

música, o evento gospel como cultura. Essa lei foi sancionada e quem estava aqui no meu primeiro mandato, me lembro que o deputado Pedro Kemp fez parte, foi um dos que votou favorável. Isso permitiu que o nosso estado agora, de forma legal, possa ter os recursos necessários para esses eventos, inclusive a Marcha para Jesus é um evento internacional. Para a minha surpresa, no ano seguinte, dia 13 de janeiro de 2012, a ex-presidente Dilma sancionou a Lei nº 12.590/2012, do deputado federal Bispo Rodovalho, mas a nossa lei foi uma das primeiras do Brasil. Eu estou dizendo isso porque foi um grande feito para o povo cristão. Lembro-me de um evento que aconteceu em Costa Rica com a presença do Padre Zezinho, um cantor da música gospel, católico, que o Brasil inteiro conhece e que tive o privilégio de conhecer pessoalmente. Aqui no nosso estado, o governador Reinaldo Azambuja investiu muito nesta área, e agora o governador Eduardo Riedel estará lançando a Marcha para Jesus no espaço físico da igreja Sara Nossa Terra e ela será realizada em trinta, quarenta municípios. Quero deixar registrado o lançamento da Marcha para Jesus e ao mesmo tempo cumprimentar o governador Eduardo Riedel pela sensibilidade de trabalhar para todas as instituições do nosso estado, independentemente do credo religioso, da cor partidária. É assim que um gestor tem que fazer, afinal todos são contribuintes com os seus impostos e é preciso que todos tenham esse direito. É o que eu tinha nesta manhã a dizer. Agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para deliberação.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Professor Rinaldo - Podemos) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 110/2023. Autor: Poder Executivo. Mensagem 10/2023. "Dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base ou subsídio e dos eventos constantes no anexo dessa lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do estado de Mato Grosso do Sul". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Apensado a este projeto, por determinação do presidente, o Projeto de Lei nº 095/2023, de autoria do Tribunal de Contas. Processo nº 117/2023. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 110/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLACE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? O deputado se encontra hospitalizado. Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka? Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezesseis votos favoráveis e dois votos contrários.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Retirado de pauta, por ausência do autor. Item 3. Em discussão única. Projeto de Lei nº 116/2023. Autor: Deputado Lucas de Lima. "Declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Beneficente Kadima - SBK, com sede no município de Rio Verde do Mato Grosso". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 116/2023, de autoria do Deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso? Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?



DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Autor: deputado Neno Razuk. Item 4. Projeto de Lei nº 180/2022. Autor: deputado Neno Razuk. "Institui o atendimento especializado nos concursos públicos e vestibulares realizados no estado de Mato Grosso do Sul, para pessoas com transtorno de déficit de atenção". A Comissão de Educação emitiu parecer favorável, por maioria. A Comissão de Serviço Público, Obra, Transporte e Infraestrutura emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 180/2022, de autoria do deputado Neno Razuk.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) —Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto ao segundo-secretário sobre o resultado da votação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 067/2023. Autora: deputada Lia Nogueira. "Dispõe sobre a realização de exames e procedimentos que induzam à inconsciência total ou parcial da paciente mulher por unidade de saúde do estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, com a palavra, o deputado Pedro Kemp e a autora, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Peço permissão para falar daqui da mesa, senhor presidente. Eu gostaria de parabenizá-la pela sensibilidade em apresentar esse projeto aqui na Assembleia Legislativa. Eu acho que ele tem que ser muito divulgado e uma vez aprovado, que o nosso governador possa sancionar e ele seja um instrumento de defesa das mulheres que são internadas nos hospitais ou nas clínicas para se submeterem a exames que sedam a mulher, a deixam inconsciente por alguns momentos. Pelo que sabemos, muitas mulheres já foram vítimas de abuso no momento em que elas estavam inconscientes, realizando os exames. Então eu acho fundamental um projeto dessa natureza para proteger as mulheres e evitar que aconteçam crimes como esses que foram relatados pela imprensa, Fantástico, Jornal Nacional, quando médicos, obstetras, ginecologistas abusaram de mulheres nesses momentos de inconsciência. Eu fiquei muito feliz quando vi o projeto de Vossa Excelência pautado nesta manhã e espero que ele seja aprovado e sancionado para que tenhamos esse instrumento de defesa das mulheres. Parabéns!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, eu vou ser bem breve. Quero falar da satisfação de ter o meu primeiro projeto de lei entrando para votação e de saber que poderemos ter uma lei em Mato Grosso do Sul, de ponta a ponta, que vai trazer segurança para nós, mulheres, num momento de muita fragilidade. Esse projeto foi muito bem pensado, fizemos vários aperfeiçoamentos para que ele realmente pudesse ser pautado, colocado para ser discutido e votado. Hoje, iniciando a comemoração do Dia das Mães, que será no próximo domingo, o presidente teve a sensibilidade de homenagear nós mulheres, mães, que temos a maior dádiva que é conceber uma nova vida, que muitas vezes deixamos de viver em prol de um filho, abrimos mão de tantas coisas na vida para garantir a integridade física e os direitos dos nossos filhos. Esse projeto veio em um momento oportuno, e a gente pensou sobre os casos das mulheres, vítimas de violência sexual, de abuso, no momento que estão fragilizadas. Busquei nesse projeto principalmente aquela questão que ocorreu lá no Rio de Janeiro, e é por isso que eu falo do Dia das Mães. No Rio de Janeiro, uma gestante estava no momento sublime dela e foi vítima de violência, uma barbárie sem precedentes. Esse projeto de lei cria a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas, postos de saúde, que integram a rede pública e privada de saúde de Mato Grosso do Sul, a disponibilizarem funcionária do sexo feminino para acompanhamento de exames ou procedimentos que induzam à inconsciência total ou parcial da paciente mulher. Quando a gente traz essa questão aqui para o Parlamento estadual, não estamos falando tão somente de um atendimento médico, mas também de procedimentos como, por exemplo, os atendimentos odontológicos. A deputada Mara Caseiro é dentista e sabe melhor do que eu que há procedimentos que necessitam de sedação, a mulher fica em um momento de dormência, sendo muito importante a presença de outra mulher para que a segurança seja mantida. Quero dizer aqui da minha satisfação em trazer essa

temática para este Parlamento porque eu encarei o desafio de uma campanha para deputada estadual com apenas dois anos de experiência no mandato de vereadora, um mandato onde tive muitos desgastes, sofri violência de gênero, tantos embates desgastantes. De repente, uma "menina na política" encarou um desafio dessa envergadura, e quando veio a vitória, eu fiz um compromisso com a população do sul, em especial da minha Dourados, de que eu iria honrar cada voto que a mim foi confiado. O Parlamento é coisa séria e os temas que nós temos que trazer para cá são temas polêmicos, sim, só que acima da polêmica, estão temas que vão mudar a vida de milhares de pessoas em Mato Grosso do Sul, daí a importância de cada um de nós que ocupamos essas vinte e quatro cadeiras. Nesses últimos dias, eu estive pensando, deputado Rafael, nos muitos questionamentos que chegaram até mim e foi aí que parei para refletir o tamanho de tudo isso aqui. Isso aqui é coisa séria. O deputado Pedro Pedrossian Neto foi brilhante hoje na colocação dessa questão dos conflitos, porque nós precisamos criar um elo entre os trabalhadores rurais e indígenas, nós precisamos pacificar tudo isso. Essa semana foi para mim um divisor de águas e quero compartilhar isso com vocês: tive a exata noção da importância do nosso trabalho e da responsabilidade que cada um de nós tem em um estado em desenvolvimento social e econômico. Concedo o aparte ao deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Deputada Lia, quero parabenizá-la por apresentar esse projeto nesta Casa, que trata de procedimentos, atendimentos, e pacientes sedados. Vossa Excelência bem colocou aquele caso que aconteceu em São Paulo, e eu falo que se lá tivesse um projeto de violência obstétrica, como o que temos no Mato Grosso do Sul, não teria acontecido o que aconteceu com aquela paciente que foi violentada dentro do centro cirúrgico. Tem uma lei, de minha autoria, aqui no nosso estado, que determina que todas as pacientes no momento de um procedimento obstétrico devem ser assistidas pelo esposo, pela mãe, por uma amiga, ou por quem ela desejar levar para dentro do centro cirúrgico. Quando eu apresentei o projeto nesta Casa, houve um embate terrível porque havia aqui três colegas deputados que eram médicos. Foi um momento de muita discussão, mas conseguimos aprovar, e a gente avançou muito em Mato Grosso do Sul e temos uma lei que determina que essa pessoa seja assistida nos procedimentos cirúrgicos, no momento que ela está sedada. É importante que a gente trabalhe em defesa da mulher e cada vez mais extensione essa questão de vítimas que sofrem abuso no momento que estão sedadas. Parabéns à enfermeira que teve a coragem de gravar aquele procedimento que enoja quem assiste. Se houvesse uma lei como a minha, aquilo não teria acontecido, porque, automaticamente, aquela paciente estaria sendo assistida por algum familiar, ou alguém que ela desejava que tivesse com ela centro cirúrgico. O projeto é fantástico, mas existe a questão de constitucionalidade e queríamos discutir isso no mérito, mas parabéns para Vossa Excelência por apresentar esse projeto e hoje vê-lo tramitando, nesta Casa.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputada.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Só para concluir, peço o voto de todos os colegas parlamentares para aprovação desse projeto oportuno e necessário. Muito obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação o projeto.

Projeto de Lei nº 067/2023, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Professor Rinaldo (Podemos).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel Davi?

DEPUTADO CORONEL DAVI (PL) — Presidente, inicialmente gostaria de parabenizar a deputada de Lia Nogueira pela importância desse projeto extremamente necessário. Até por não ser usual nesta Casa, Deus queira que seja aprovado em primeira e em segunda votação, e sancionado pelo governador. Com a permissão da deputada Lia Nogueira, esta Casa deveria fazer a remessa para todas as Assembleias Legislativas do país, para que o Mato Grosso do Sul seja o indutor pioneiro desse projeto tão importante para as mulheres. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhor presidente. Quero parabenizar a deputada Lia Nogueira por essa iniciativa, ela que é nossa parceira de outras lutas em Dourados. Esse projeto é importante por identificar como os corpos das mulheres ficam expostos dentro de uma sociedade machista do patriarcal. Nós não podemos andar nas ruas com segurança, a cidade toda precisa se organizar para nos atender e os espaços da saúde são fundamentais. Os nossos corpos não são propriedade de ninguém e nós precisamos garantir liberdade para que as mulheres possam viver em segurança em todos os espaços, e o projeto da deputada Lia Nogueira nos traz esse elemento, essa reflexão. Parabéns deputada e colega Lia Nogueira! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, mantenho meu voto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, pela constitucionalidade e legalidade da matéria e pela importância do projeto. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, deputada.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Primeiramente parabênzo a deputada Lia Nogueira, pela proposição do projeto, pela sensibilidade. Algum tempo atrás, era inimaginável para nós que isso pudesse acontecer. Eu fiz várias ressonâncias, tive que ser sedada, mas nunca me imaginei numa situação dessa. Espero que esse projeto seja aprovado por unanimidade e também que seja sancionado pelo governo do estado, pois é um projeto de muita relevância e importância para nós mulheres. Queremos ter o nosso corpo preservado! Parabéns, deputada Lia! Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Presidente, declaração de voto... Antes gostaria de confirmar se o projeto é o de nº 067/2023.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Isso, o nº 067/2023.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Quero parabenizar a deputada Lia Nogueira e sugerir a ela que faça uma estratégia de marketing, até por ser o seu primeiro projeto dentro da nossa Casa. Deputada, divulgue isso em todos os espaços da saúde, para que as pessoas saibam que podem ser acompanhadas quando forem fazer exames, atendendo ao Projeto nº 067/2023. Acho que deveria bolar alguma coisa com a TV e Rádio Assembleia, para divulgar isso. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Excelente sugestão do deputado Paulo Corrêa. Acho que o projeto deve ser amplamente divulgado, inclusive nos hospitais e nas clínicas de exames. É fundamental que a população tenha conhecimento da existência dessa lei e dos seus direitos. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — No mesmo sentido, senhor presidente, quero parabenizar a deputada Lia pelo projeto relevante e importante para Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Quero parabenizar minha colega e amiga Lia Nogueira, pelo projeto de tamanha relevância. Ela começa muito bem com esse primeiro projeto que apresentou na Assembleia, e está recebendo a parceria de todos os parlamentares. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Somando-me a todos que enaltecem o papel e a importância do projeto que estamos votando, voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Gostaria de, em nome da Casa e de todos os deputados, parabenizar a deputada e dizer que isso prova que nós vivemos numa sociedade que o estado tem que ser forte para impedir que o abuso aconteça e que a liberdade de cada um vai até onde começa a liberdade do outro. Para isso existe estado, para isso existe lei. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade. Vai à segunda discussão. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Dezesseis indicações e cinco moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Roberto Hashioka, em razão do falecimento do senhor João Henrique Martins Andrade. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Lucas de Lima, em razão do falecimento do senhor Aldir Satriani. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para comunicar ao deputado Pedro Kemp que a audiência solicitada ao diretor da Ageprev ficou pré-agendada para segunda-feira, às 14 horas. Gostaria de lembrar que ainda teremos a fala do diretor-presidente do Sindicato do Detran que vai tratar de assuntos de interesse da categoria.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Neste momento suspendo a Sessão para o uso da tribuna para manifestação externa, por solicitação do requerimento do deputado Junior Mochi, ao senhor Bruno Alves da Silva

Nascimento, diretor-presidente do Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito, que discorrerá sobre o "Maio Amarelo", "Dia Nacional do Agente da Autoridade de Trânsito." Convido o deputado Junior Mochi para exercer a presidência durante a manifestação e fazer o encerramento da Sessão, pois teremos uma reunião da comissão ali no fundo. O senhor disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento. Passo a presidência ao deputado Junior Mochi.

SENHOR BRUNO ALVES DA SILVA (diretor-presidente do Sindicato do Detran/MS) — Obrigado pelo espaço, deputado Gerson Claro, o senhor que já foi presidente do Detran, conhece a nossa realidade e vai poder nos ajudar em uma dessas demandas que nós vamos colocar aqui. Obrigado, deputados Junior Mochi, Pedro Kemp, Gleice Jane, Lia Nogueira. Estendo o cumprimento a todos os agentes de trânsito de Mato Grosso do Sul. O "Maio Amarelo" foi instituído no dia 11 de maio como a data de combate às mortes e lesões no trânsito, e é uma data mundial. Através da Federação Nacional (Fetran), nós fizemos um trabalho junto à Câmara dos Deputados e do Senado, e foi aprovado, em abril deste ano, o Dia Nacional do Agente de Trânsito, que é comemorado no dia 11 de maio. Esse dia não é mais um feriado para o servidor público, mas um dia de conscientização, de valorização e de fortalecimento das campanhas de prevenção aos acidentes de trânsito. Segundo estudos do Ipea, em 2019, nós gastamos mais de cinquenta bilhões de reais em decorrência de mortes e lesões no trânsito, e quem mais sofre com isso é a população economicamente ativa no auge da sua produção, dos dezoito aos trinta anos. O estado de Mato Grosso do Sul, como um estado punjante que está com previsão de crescimento econômico, tende a sofrer com a baixa dessa população, em decorrência dos acidentes de trânsito. E quem são os agentes de trânsito? Esse espaço aqui serve para desmistificar as nossas atribuições e a nossa identidade, porque os agentes de trânsito são todos servidores concursados, estabelecidos em carreira nos órgãos e entidades executivas de trânsito e são também os agentes de autoridade de trânsito. Quando se fala em agente de trânsito, pensamos apenas nos servidores que estão desempenhando o ato de fiscalização, incluindo a Polícia Militar, a Guarda Municipal, mas, na verdade, são todos servidores estruturados em carreira, porque desde que você leva seu veículo, no caso do Detran, para fazer uma vistoria veicular, está sob as mãos do agente de trânsito. É no Detran que identificamos irregularidades, ilegalidades, onde podemos retirar de circulação veículos que não oferecem a mínima condição de segurança, que podem causar atropelamento por estarem sem freio, sem luz, com pneus carecas. Aproveitando esse momento, é preciso também implementar políticas permanentes e perenes, porque é isso que a legislação de trânsito vem nos trazendo, uma dessas dinâmicas nós conseguimos em 2014, que foi o estabelecimento da Emenda Constitucional nº 82, que trouxe a segurança viária para dentro do bojo constitucional federal, e estabelece que a segurança viária será exercida pelos órgãos e entidades executivas de trânsito dos estados e municípios, através dos seus agentes estabelecidos em carreira. Nós já conseguimos esse parâmetro no estado de Mato Grosso, nosso vizinho e irmão, no Pará, em Rondônia e também no Distrito Federal, com um pouco mais de tempo. Trouxemos para os senhores uma proposta de emenda constitucional para o estado de Mato Grosso do Sul, que está sempre na vanguarda, é um estado jovem, para podermos ampliar este debate. Já entregamos para alguns deputados e entregaremos

nos gabinetes, mesmo porque nesta Casa e na bancada há dois deputados que são ex-presidentes do Departamento Estadual de Trânsito Mato Grosso do Sul, sabem da importância disso e reconhecem a necessidade de implementar a segurança viária e fortalecer as nossas atividades, principalmente daqueles servidores que entregam sua vida, porque o trânsito, deputada Lia Nogueira, é feito de pessoas para pessoas, pessoas essas que estão carentes de capacitação, de valorização e reconhecimento de suas atividades. Normalmente entende-se o Detran como um órgão de atividades meramente burocráticas, e na verdade não é. O que acontece é que muitas vezes no balcão de atendimento, atendendo aos usuários, nos deparamos com CNHs falsas, documentos falsificados. No ato de transferência de veículos nós realizamos diversos atos administrativos, atestamos a regularidade daquele veículo e a irregularidade daquela propriedade, inibindo a criminalidade, como roubo de veículos, impedindo que "esquentem" documentos, e outros. Nós precisamos disso. Espero que o governo do estado e a administração do Detran, não só no dia 11 de maio, utilizem esse mecanismo para fortalecer um órgão que é importante e que durante muito tempo esteve apagado no cenário do trânsito devido ao enfoque somente nas áreas burocráticas. É importante a educação constante e perene para que possamos formar o condutor de mamando a caducando, desde quando é um mero pedestre até quando já está na direção de um caminhão, e que possamos discutir melhorias na engenharia viária. Já foi debatida em audiência pública a questão da BR-163, com a finalidade de melhorar o fluxo de veículos, até porque as rodovias são equipamentos urbanos que ligam os municípios entre si, e a gente precisa da segurança, da fluidez e atuar na fiscalização com seu caráter punitivo e pedagógico. Peço o apoio desta Casa e a atenção do deputado Junior Mochi, para que a gente consiga avançar, porque é um projeto muito bom para o estado, vai fortalecer a segurança viária e valorizar o servidor que desempenha suas atividades diuturnamente sem a mínima condição de trabalho. Nós vamos conseguir trazer luz a essa discussão, vamos conseguir fortalecer essa atividade que vai entregar muito ao estado de Mato Grosso do Sul. Está em discussão, hoje, a Rota Bioceânica que vai aumentar o fluxo de veículos e de condutores. Parabenizo o governo do estado pelas campanhas que ele tem feito da CNH Social, agora ampliando aos motoristas com CNH D e E. O servidor do Detran está pronto para entregar e também busca um pouco do reconhecimento do governo nessa valorização e nesse apoio às campanhas, ao trabalho. Eu costumo dizer como sindicalista, se me permitem, que não adianta você mandar a pessoa carpir um lote e dar a ela uma enxada cega, uma enxada sem cabo. O que nós queremos são condições adequadas de trabalho, a nossa a valorização de acordo com a importância, o servidor empenhado, trabalhando bem pelo estado. Que através do dia 11 de maio possamos ser mais reconhecidos e ver desmistificado o nosso papel, porque todos os servidores do Detran são agentes responsáveis por proteger a sua segurança e da sua família. Que a prevenção de mortes no trânsito e a segurança viária sejam vistas como política de estado, como políticas permanentes. Acredito que com o governo atual e a atual administração do Detran, teremos espaço para discutir e implementar essa emenda constitucional, porque não traz impacto financeiro nenhum, só traz para dentro do organograma do estado aquilo que já existe: segurança para os servidores empenharem suas atribuições, reconhecimento da sua importância para o estado e segurança à população de Mato Grosso do Sul, para que as estatísticas de morte e de

lesões no trânsito se tornem apenas uma lembrança vaga do passado. Muito obrigado pela atenção de todos.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Esta presidência agradece a presença, a participação e a fala do presidente do Sindicato dos Servidores do Detran, Bruno Alves da Silva Nascimento, principalmente pela importância do tema. A segurança viária e educação para o trânsito interferem em todas as políticas públicas. Se hoje fizermos um levantamento, 50% dos gastos efetivados na Santa Casa, que é nossa maior unidade hospitalar, são decorrentes de problemas originários dos acidentes de trânsito. Portanto, quando você trata de segurança viária e de educação do trânsito, está tratando de saúde, e na medida em que se reduz acidentes, sobra mais recursos para as demais políticas públicas. Por isso é tão importante debatermos esse tema e unirmos esforços para reduzir os acidentes de trânsito e também gerar mais segurança viária para aqueles que utilizam diariamente as rodovias e as ruas em nossas cidades. Tenho certeza que isso ainda será tema de uma audiência pública para debatermos com clareza a sua importância e termos os dados de um diagnóstico preciso de Mato Grosso do Sul com relação ao trânsito. Acho lamentável que não tenhamos competência para interferir nas questões de trânsito delegadas ao Contran, uma vez que temos um país com extensão continental e com peculiaridades próprias de cada região. Eu falo que o nosso trânsito aqui é diferente do trânsito de São Paulo e das grandes cidades, mas ele tem as suas peculiaridades. Nós teríamos que ter uma autonomia legislativa maior, uma competência legislativa um pouco mais abrangente ou concorrente, para através das nossas leis, conseguirmos alterar ou diminuir esses índices. Muito obrigado pela participação, por trazer esse tema. Com certeza nós haveremos de discutir muito ainda e acolher as medidas, as propostas que sejam importantes para a população de Mato Grosso do Sul. (11h38min) Está reaberta a presente Sessão. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h39min).